



MPMT
Ministério Público
do Estado de Mato Grosso

Centro de Apoio Operacional
Pessoa com Deficiência

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br

CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDIÇÃO Nº 10/2023

Descrição da imagem - mulher com deficiência visual caminhando no parque com seu cão-guia

SUMÁRIO

01

Atuação do MPMT

02

Ministério Público

03

Tribunais de
justiça

04

Tribunais
Superiores

05

Conselhos
Nacionais

06

Novidades
Legislativas

07

Notícias

Equipe

Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza

Promotora de Justiça e Coordenadora do
CAO Pessoa com Deficiência

Dr. Wellington Petrolini Molitor

Promotor de Justiça e Coordenador-
Adjunto do CAO Pessoa com Deficiência

Thatyane Domingues Moreira Nunes

Assistente Social

Rita de Cássia Arnaut Amadio

Analista Jurídico

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha

Auxiliar Ministerial



01 ATUAÇÃO DO MPMT

Rodas de conversa subsidiam política de inclusão no MPMT

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso realizou uma roda de conversa virtual com pessoas com deficiência que atuam na instituição. O bate-papo também incluiu um grupo de idosos. O evento fez parte da programação alusiva ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, e teve o objetivo de colher sugestões para subsidiar a Política de Inclusão da instituição. (...)

“Queremos fomentar a construção coletiva da política de inclusão social voltada às pessoas idosas, com deficiência e/ou com doença grave. O trabalho está sendo conduzido pelo Comitê de Promoção da Igualdade Institucional e conta com a participação desses grupos para a definição das diretrizes e ações a serem implementadas, conforme as demandas apresentadas”, destacou a promotora de Justiça coordenadora do Vida Plena, Gileade Pereira Sousa Maia.

Ampliação do conceito – O Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho – Vida Plena e o Centro de Apoio Operacional da Pessoa com Deficiência destacam que existem diversas formas de deficiência: física, visual, auditiva, intelectual e múltipla, além das deficiências ocultas. “É comum associarmos o conceito de deficiência à questão física por ser mais facilmente perceptível, mas o conceito de deficiência é muito mais amplo. Essa falta de compreensão adequada sobre o tema pode acarretar a falsa percepção de que a eliminação de barreiras arquitetônicas ou urbanísticas seria suficiente para garantir a inclusão, quando sabemos que a barreira mais difícil de ser eliminada é a atitudinal, revelada por comportamentos que impedem que pessoas com deficiência possam exercer plenamente seus direitos e, para vencê-la, é preciso a contínua conscientização e sensibilização da sociedade”, enfatizou a coordenadora do CAO da Pessoa com Deficiência, promotora de Justiça Daniele Crema da Rocha.

O capacitismo também é outra questão a ser enfrentada. Este é o termo usado para descrever a discriminação e/ou preconceito a uma pessoa com algum tipo de deficiência, que abrange desde a acessibilidade até a forma inadequada como a sociedade trata essas pessoas. O combate ao capacitismo exige uma mudança não só de ações, mas de valores e concepções em relação às pessoas com deficiência, de modo que se busque respeitar e garantir o desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo.





02 MINISTÉRIO PÚBLICO

AUTISMO

Ministério Público Federal

- MPF participa de audiência pública para debater política de dispensa de próteses e órteses pelo SUS
- Interesse Público estreia edição especial sobre as pessoas com deficiência
- Após atuação do MPF, Receita Federal implementa atendimento por Libras a pessoas com deficiência auditiva em São Paulo

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- MPDFT e Human Rights Watch tratam da situação de pessoas com deficiência em abrigos

Ministério Público do Rio de Janeiro

- MPRJ promove reuniões para garantir educação inclusiva de qualidade no Noroeste Fluminense
- MPRJ confirma decisão que obriga o Município de Nilópolis a implementar residência inclusiva para pessoas com deficiência

Ministério Público de Pernambuco

- Após constatar graves irregularidades, MPPE recomenda à Prefeitura de Petrolina adotar medidas para amparar mulheres atendidas por entidade terapêutica interdita
- MPPE promoverá audiência pública sobre disponibilização de ADEEs para alunos com deficiência

Ministério Público de São Paulo

- Ministério Público defende lei que exige certidões em braile nos cartórios de São Paulo
- Resolução 487/2023 é tema de reunião de trabalho no Ministério Público de São Paulo

Ministério Público de Sergipe

- “Política Antimanicomial: Da Custódia Psiquiátrica à Rede de Atenção Psicossocial” será tema de palestra no MPSE



Ministério Público de Santa Catarina



- Justiça acata ação do Ministério Público e servidora municipal poderá cumprir carga horária reduzida sem prejuízo à remuneração para cuidar da filha com paralisia cerebral
- Após vistoria do MPSC, comunidade terapêutica de Rio do Sul é interditada parcialmente
- Colégios particulares não podem recusar matrícula de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais

Ministério Público de Minas Gerais

- MPMG faz visita para verificar cumprimento de Termo de Acordo relativo ao Hospital de Custódia e Tratamento Jorge Vaz, em Barbacena

Ministério Público de Rondônia

- Projeto “Construindo Caminhos para a Inclusão” é lançado pelo MPRO para mapear Educação Inclusiva

Ministério Público do Ceará

- Justiça acata ação do MPCE e determina acompanhamento especializado às crianças com Transtorno do Espectro Autista em Guaraciaba do Norte
- MPCE alerta para internações psiquiátricas de longo prazo

Ministério Público do Paraná

- Judiciário atende pedido do Ministério Público do Paraná e aplica multa a Município de Barracão por não contratar professores de apoio para alunos com deficiência
- MPPR obtém liminar para que Município de Telêmaco Borba implante atendimento a crianças e adolescentes com TEA

Ministério Público do Amazonas

- MPAM avança na inclusão de presos com deficiência em reunião com representantes do sistema prisional
- Combate ao capacitismo marca atuação ministerial pela inclusão da Pessoa com Deficiência



03 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

TJMT

- Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência reforça a inclusão e enfrentamento do preconceito

TJDFT

- Justiça determina ao DF que disponibilize monitor educacional a aluno com déficit cognitivo

TJSP

- Mantida lei de São Manuel para academias e brinquedos adaptados a pessoas com deficiência em espaços públicos
- Aplicativo de transporte e motorista devem indenizar passageira autista que teve viagem interrompida

TJMA

- TJMA alerta sobre a importância da priorização de processos das pessoas com deficiência

TJSE

- Sergipe já conta com equipe que acompanhará pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei

TJPB

- Terceira Câmara mantém decisão que condenou o Estado da Paraíba a fornecer prótese

TJAL

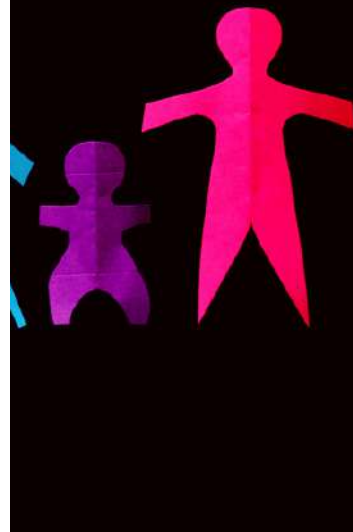
- Colégio deve disponibilizar acompanhante especializado para criança com TDAH

TJTO

- Justiça autoriza empresa a manipular a Cannabis e seus derivados mediante prescrição médica



04 TRIBUNAIS SUPERIORES



STJ

- **Interpretações do STJ sobre o instituto da interdição**

A confirmação de que uma pessoa adulta não tem mais a capacidade de gerenciar os atos de sua vida civil é um momento familiar doloroso, que também envolve muitas complicações jurídicas. O tema é de avaliação obrigatória pelo Judiciário, responsável por decidir sobre a interdição ou não de uma pessoa. Em razão de sua complexidade, muitos processos sobre o assunto acabam chegando ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A análise judicial – que ganhou novos contornos após a publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em 2015 – tem dois momentos principais: a interdição, em que se avalia a real incapacidade para a gestão da vida civil, e a curatela, instrumento pelo qual uma pessoa (ou mais de uma) se torna responsável por acompanhar o interditado e gerir suas rendas e seu patrimônio.

- **Ouvidoria do STJ inaugura atendimento em Libras**

A Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ) inaugura o atendimento na Língua Brasileira de Sinais (Libras). A novidade é fruto de parceria com a Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão do tribunal.

- **Resultados de consulta pública indicam rumos para políticas de inclusão**

Como forma de promover ações voltadas para o tema, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) divulga o resultado da pesquisa realizada entre maio e junho de 2023, publicado no relatório da Consulta Pública para Revisão da Política de Acessibilidade e Inclusão, disponível também na página da Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão (ACIN). Esses dados subsidiarão a construção da nova Política de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida do tribunal.

05 CONSELHOS NACIONAIS

Conselho Nacional de Justiça

 CNJ lança manual e página dedicados à Política Antimanicomial do Poder Judiciário

 CNJ realiza seminário sobre demandas judiciais que envolvem pessoas com deficiência

 Estudo propõe ações ao Judiciário para efetivar Lei Brasileira de Inclusão

Conselho Nacional do Ministério Público

 CNMP institui Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação da Resolução CNMP 265/2023



06 NOVIDADES LEGISLATIVAS

 Comissão aprova direito das pessoas com deficiência a atendimento policial especializado

 Comissão aprova reserva de vagas de estacionamento para pessoas com autismo

 Projeto permite iniciar e acompanhar processos de interdição em cartórios

 Comissão aprova proposta que prevê diploma em formato acessível para alunos com deficiência visual

 CCJ aprova prazo para empresa preencher vaga destinada a pessoa com deficiência

 Comissão aprova projeto que institui política nacional de estímulo à produção audiovisual nas escolas

 Comissão aprova prioridade para matrículas de crianças com deficiência em escolas públicas

 Comissão aprova projeto que define regras para identificar grau de cegueira pela cor da bengala

 Projeto dispensa comprovação reiterada de deficiência permanente em concursos

 Comissão aprova criação de programa de treinamento funcional para crianças com deficiência

 Comissão aprova programa de inclusão de pessoas com deficiência visual em bibliotecas e escolas públicas

 Comissão aprova acessibilidade em hospitais a pessoa com nanismo

 Projeto impede cobrança de taxa extra por intérprete de Libras na formação de condutores

 Comissão aprova projeto que exige distribuição no SUS do cordão de fita com girassóis

 Comissão aprova projeto para qualificar profissionais que trabalham em salas de aula inclusivas

 Comissão aprova acesso de pessoa com deficiência a ônibus em qualquer local não proibido

 Comissão aprova projeto com multa para quem inviabilizar acessibilidade necessária nas escolas para a pessoa com deficiência

07 NOTÍCIAS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- Comissão debate capacitação de acompanhantes para pessoas com autismo em escolas
- OAB/VG e Secretaria de Educação promovem treinamento para aprimorar inclusão de autistas nas escolas
- Capacitismo é barreira para educação inclusiva, dizem especialistas
- Além de mensalidade, família paga para psicóloga acompanhar criança com autismo em sala
- 'Fomos violentados', diz mãe sobre pedido para que filha com Síndrome de Down fosse para escola especial
- Projeto quer transformar violência a PcD em escolas em crime de tortura
- Comissão debate situação de intérpretes de Libras nas instituições de ensino



Tribunal reduz efeitos de curatela para preservar dignidade da pessoa



Comissão anula portaria do Ministério da Saúde que cortou verba para rede de saúde mental



"Acessibilidade para pessoas com deficiência não se resume apenas a rampa", diz Ivan Baron

VG cria coordenadoria da pessoa com deficiência e anuncia novo CIDRAC

População negra com deficiência sofre dupla discriminação, aponta audiência

Linguagem reforça preconceito e barreiras para pessoas com deficiência

Tem mais crianças sendo diagnosticadas no espectro autista?

Aplicativo ajuda deficientes visuais a usarem transporte coletivo

Comissão debate uso e inovações de tecnologias assistivas



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Centro de Apoio Operacional

Procuradoria Geral de Justiça

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br

Contato:

cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br